

Aconteceu

 (X)
 (-)
 (-)
 (-)
 GERAL

Lula faz em São Paulo maior comício da campanha

Mais de 40 mil pessoas foram até a Praça da Sé, em São Paulo, no domingo, dia 17. Foi o maior comício da campanha para a Presidência da República que promete esquentar com o horário gratuito na televisão. O candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, disse que o comício marcou a virada da campanha. Veja na pág. 3



Câmara aprova mudança na Lei Eleitoral

Página 4

CEBs repudiam fechamento de seminário

Página 13

Polícia mata sem terra em S. Catarina

Página 15

CUT propõe nova Lei Agrícola

Última página

Cem mil marcham contra o 'apartheid'

Cem mil adversários da política de **apartheid** saíram em passeata pela paz nas ruas da Cidade do Cabo, dia 13, em protesto pela morte de militantes anti-segregacionistas nas mãos da Polícia da frica do Sul durante as eleições parlamentares. Dezesesseis pessoas, segunda a Polícia, e 30, de acordo com outras fontes, morreram nos graves incidentes registrados nos bairros periféricos da Cidade do Cabo durante os distúrbios por causa das eleições de 6 de setembro, em que não pôde votar a população majoritária negra.

A passeata, encabeçada pelo Arcebispo negro anglicano da Cidade do Cabo e Prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, e outras personalidades locais, como o prefeito branco da cidade, Gordon Oliver, fôra autorizada pelo Chefe de Estado Frederik de Klerk, sob a condição de que transcorresse pacificamente.

A marcha, a maior dos últimos 30 anos no país, e que foi da Catedral de São Jorge até a Prefeitura, transcorreu sem incidentes. Alguns dos manifestantes vestiam camisetas com as cores negro, dourado e verde da proscria organização Congresso Nacional Africano (CNA). Empresários brancos deixaram o trabalho para observar

de seus escritórios a passagem dos manifestantes.

Esta foi a primeira marcha autorizada pelo Governo desde que em junho de 1986 se impuseram as leis de emergência para sufocar o levante negro. Nos últimos meses a Polícia utilizou escopetas, chicotes, cães treinados e gás lacrimogêneo para disperesar as concentrações contra o **apartheid**, a maior parte das quais foram realizadas na Cidade do Cabo e seus arredores.

O Arcebispo Desmond Tutu foi preso duas vezes no mês passado por ter participado de marchas iniciadas na Catedral de São Jorge e o Ministro da Lei e da Ordem o criticou por ter dado refúgio no templo a opositores do **apartheid**.

Na manifestação do dia 13 chegou ao auge a campanha de protesto pacífico contra o **apartheid** iniciada há dois meses, quando ativistas negros e brancos resolveram desafiar a legislação racista do Governo sul-africano. Os protestos iniciais ocorreram em hospitais reservados a brancos. Depois se expandiram a ônibus e escolas segregacionistas. E chegaram finalmente às praias, onde só os brancos poderiam se banhar. (O Globo, 14/09/89)

Argentina ameaça sindicato grevista

O ministro do Trabalho da Argentina, Jorge Triaca, anunciou que pedirá à Justiça que ponha na ilegalidade em dos quatros sindicatos do setor ferroviário que convocaram greves nos últimos dias. A medida sucede à decretação da ilegalidade, na quarta-feira, da primeira das greves, a que foi observada durante 48 horas pelos maquinistas.

Dia 14 foram os sinalizadores ferroviários que convocaram greve de 24 horas, contribuindo para uma

paralisação dos serviços terça-feira, dia 12. Ao justificar a decisão de pedir a decretação da ilegalidade do sindicato dos sinalizadores, Triaca disse que "quando se declara a ilegalidade de um movimento grevista, porque prejudica um serviço público, é necessário velar pelos interesses da população".

O movimento grevista é o mais sério enfrentado pelo governo Menem desde a implantação do Plano de Emergência Econômica para conter a hiperinflação. (JB, 15/09/89)

Aconteceu n° 516
19 a 25 de setembro de 1989

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editadora assistente
Lígia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Kátia Simões
Paulo Roberto S. Garcia

Produção Gráfica
Alcino Demby

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado n° 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 15,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 25,00

Lula reúne 40 mil pessoas em São Paulo

O PT escolheu um local até agora evitado por outros candidatos, a Praça da Sé, no coração da capital do Estado de São Paulo, para realizar um comício com seu candidato a presidente, Luís Inácio Lula da Silva, que foi, até agora, o maior desta campanha eleitoral, com a presença, no auge do comício, de 40 mil pessoas, segundo cálculos de integrantes da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B).s 14h começou o show, que contou com a participação, entre outros, dos atores Augusto Boal, Estér Góes, Lélia Abramo, e os cantores Tom Zé e Glorinha Gadelho.

"Este comício mostra a virada da campanha, junto com o horário gratuito na televisão. Nenhum outro partido conseguiu colocar tanta gente na rua", comemorou, emocionado, Lula. A multidão não arredou pé da Praça da Sé, apesar da garoa.

A anfitriã, Luiza Erundina, prefeita de São Paulo - que dividiu o palanque com outros prefeitos petistas, como Olívio Dutra, de Porto Alegre, e Vítor Buaziz, de Vitória -, comparou o comício do dia 17 às últimas manifestações de rua de sua campanha, no ano passado: "Está se repetindo o que aconteceu no ano passado, quando o quadro se alterou a partir de comícios deste porte". Erundina venceu a eleição pela prefeitura de São Paulo nos últimos dias, ultrapassando o candidato favorito, segundo pesquisas de opinião, Paulo Maluf, do PDS.

Estratégia

O deputado federal José Genoíno (PT) anunciou que a

Frente Brasil Popular pretende, a partir de agora, atacar politicamente, nos seus programas eleitorais gratuitos, os candidatos do PDT, Leonel Brizola, e do PRN, Fernando Collor de Mello - que estão à frente de Lula nas pesquisas de intenção de voto - para chegar ao segundo turno. "Vamos rasgar o Collor e o Brizola", declarou o deputado. A estratégia do PT, segundo Genoíno, será, ainda, de intensificar o corpo-a-corpo, realizando grandes comícios no país.

O esquema de policiamento ostensivo envolveu 50 policiais militares, que circulavam discre-

tamente entre a multidão, que esperou até o final para ouvir o discurso de Lula. A comissão organizadora começou a estruturar a festa com a montagem do palanque e mais de 50 barracas para a venda de material de propaganda do candidato.

Os organizadores do comício tiveram dificuldades para evitar o assédio do público ao palanque armado em frente à Catedral da Sé. Várias caravanas do interior, trazidas pelos diretores municipais do PT, em ônibus fretados, participaram do comício, organizado por 33 diretores da capital. (JB, 18/9/89)

Na Sé, Lula ameaça "trombadões"

O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, disse dia 17 no comício da Frente Brasil Popular na Praça da Sé (centro de São Paulo), que sua vitória dará início à "construção do socialismo no Brasil". Durante seu discurso de 40 minutos, que começou às 19h05, Lula prometeu suspender o pagamento da dívida externa, realizar a reforma agrária e pregou "pena de morte para alguns trombadões de Brasília". Antes do discurso, todos cantaram o Hino Nacional e depois, a Internacional Socialista.

O candidato do PT afirmou que sua vitória significa uma "revolução". Lula criticou os empreiteiros, os banqueiros e o presidente José Sarney. A crítica mais contundente ao presidente da República, no entanto, partiu do presidente do PT, deputado federal Luis Gushiken.

Segundo ele, o "presidente Sarney é o principal mandante da corrupção neste país".

A Nova República e o candidato Fernando Collor de Mello (PRN) também foram bastante criticados por Lula. O candidato afirmou que Collor "diz que caça marajás mas os marajás estão trabalhando para ele em Brasília". A Nova República foi chamada de "maior fraude inventada neste país". Em seguida, Lula disse que, no governo, vai "estufar a cadeia de bandidos criados pela Nova República e criados por 23 anos de regime autoritário".

O candidato do PT disse que "a burguesia tem razão para estar com medo de nossa vitória". Na avaliação de Lula, a vitória da Frente significa o fim "de quem ganha com a especulação". (Folha de São Paulo, 18/9/89)

Câmara limita noticiários sobre eleição

A intenção de atingir a Rede Globo de Televisão e de ajudar o desempenho do candidato do PDT, Leonel Brizola, na campanha para presidente da República foi a principal motivação da Câmara dos Deputados para aprovar, na sessão do dia 13, o artigo 15 do projeto de lei aprovado pela Câmara, e que ainda depende de aprovação do Senado, que estabelece que a participação de candidatos "em noticiários jornalísticos regulares deverá estar relacionada com o evento objeto da informação jornalística e não poderá exceder um minuto".

A idéia de impor à televisão um tratamento equânime no noticiário sobre os candidatos partiu do líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa. Vivaldo, ex-secretário de Justiça de Brizola, professor de Direito com mestrado e PhD em Harvard, onde defendeu tese sobre "Direito e Estado autoritário no Brasil", preocupou-se com os interesses partidários em jogo na campanha. Ele partiu da constatação feita por uma empresa especializada que no mês de julho a TV Globo abriu 138 minutos de espaço para o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, primeiro colocado nas pesquisas, dando a Brizola apenas 12 minutos. Por esses dois números, a TV Globo poderia ser acusada de escandaloso favorecimento e de estar prejudicando Brizola, um candidato que a toda hora promete destruir o virtual monopólio dessa rede de televisão, se chegar à Presidência da República. No mesmo

mês de julho, o candidato do Partido Comunista teve 72 minutos na Globo; Luís Inácio Lula da Silva, 68; Afif Domingos, 79; Aureliano Chaves, 47; Paulo Maluf, 43; Ronaldo Caiado, 38; e Afonso Camargo, 23.

Vivaldo, em seu projeto, não estabelecia limite de um minuto para as entrevistas dos candidatos. A idéia surgiu de emenda feita pelo deputado baiano Genebaldo Correa, um pemedebista muito ligado ao candidato a vice-presidente pelo PMDB, Waldir Pires.

Jornalismo

Segundo Genebaldo, que elaborou o texto final do projeto de lei eleitoral com a ajuda ao lado dos deputados Saulo Queiroz (PSDB-MS) e Virgílio Guimarães (PT-MG), além de Vivaldo Barbosa, a limitação se refere apenas ao tempo de fala do candidato no noticiário. "Se o Jornal Nacional quiser fazer uma edição só com o Fernando Collor de Mello não há impedimento algum. A única restrição é que o candidato só poderá falar durante um minuto nesse programa", exemplificou Genebaldo, para quem, ao invés de cercear a liberdade de imprensa, a limitação garante a equanimidade entre os candidatos.

"O que a lei faz é definir o que é participação de candidato em programa jornalístico e não o que é jornalismo", reforça o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS). (JB, 15/9/89)

"Lula lá" é o slogan do PT

Uma idéia move os coordenadores da Frente Brasil Popular para o horário eleitoral gratuito: mostrar que o candidato Luís Inácio Lula da Silva é o único que significa mudança real de governo. Pretendem bater na tecla que, fora Lula, os outros candidatos são todos iguais, representam continuidade.

Os temas centrais serão a reforma agrária, a dívida externa e a concentração de renda. A partir daí, o PT apresentará suas propostas para tirar o país de forma afirmativa, mostrando que existem soluções viáveis para resolver estes problemas.

Não há preocupação em criticar, logo de início, os demais candidatos. Quando houver uma denúncia, garantem os coordenadores da campanha, ela será feita com o nome dos eventuais envolvidos e provas.

Outra preocupação da coordenação é estimular os eleitores a acompanharem o programa. Para isso, algumas sátiras foram criadas.

Apesar de a Frente Brasil Popular ser composta por três partidos, o programa será único, diferente do ano passado na campanha de Luiza Erundina, quando o PC do B e PCB tinham mini-horários, dentro do tempo da coalizão. Os programas serão divididos por temas, com a participação de especialistas nos diversos assuntos. O slogan do PT no horário gratuito é "Lula lá". (Folha de São Paulo, 15/9/89)

Na TV, Brizola é o primeiro a atacar Collor

Leonel Brizola abriu dia 17 a temporada de agressões no horário eleitoral. O candidato do PDT usou seu programa da noite - que precedeu o "Fantástico" na Globo - para atacar três candidatos, "cúmplices da ditadura".

"O senhor Paulo Maluf, o senhor Fernando Collor, o senhor Afif Domingos têm a mesma origem", afirmou Brizola. "Nasceram na estufa da ditadura". Especificamente para Collor, guardou a qualificação de "prefeito biônico, à base do nepotismo".

Brizola, que vinha derrapando com programas de

criatividade e qualidade técnica muito baixas, conseguiu assim reagir no horário eleitoral. Teve que passar por cima da sua equipe e tomar o espaço com o que sabe fazer melhor: atacar verbalmente os adversários.

Depois de passarem e reprisarem programas cautelosos de apresentação na sexta e na tarde de sábado, Brizola e os demais presidenciais finalmente resolveram arriscar mudanças. (Folha de São Paulo, 18/9/89)

Meneguelli não crê em greve geral este ano

O presidente da Central nica dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, descartou a possibilidade da central organizar uma nova greve geral ainda este ano. Ele condicionou este movimento "a algum fato novo na conjuntura", que criasse um motivo capaz de mobilizar o conjunto dos trabalhadores. Segundo ele, a CUT prevê paralisações setoriais em categorias com data-base entre setembro e dezembro e que têm apresentado reivindicações consideradas "difíceis de serem pagas" pelos setores patronais.

Na sua análise, Meneguelli considera praticamente inviável que a

central consiga reunir em uma única data as mobilizações de diferentes categorias profissionais que estão em campanha salarial, porque os pedidos de cada uma são muito diferentes. Não existe, ao contrário do que ocorreu durante o boom de greves dos meses de março e abril, uma reivindicação que unifique todos os diferentes segmentos de trabalhadores. Ele citou como exemplo as três categorias que estão em campanha salarial em setembro: bancários a nível nacional; os 40 sindicatos de trabalhadores do cacau, na Bahia - que pela primeira vez unificaram a negociação com o setor patronal e que que-

rem um piso de NCz\$ 346,00 mas já receberam uma negativa patronal; e os canavieiros do Nordeste, que pedem um piso de NCz\$ 600.

A CUT está começando a preparar a integração do setor sindical que ela representa na luta por alterações no sistema do FGTS. Essa reivindicação, segundo Meneguelli, "é mais importante do que 50% de aumento", afirmou, lembrando que em conjunto com as secretarias de habitação das prefeituras do PT, a CUT está preparando um material informativo sobre o FGTS para os dirigentes sindicais. (JB, 15/9/89)

Bancários não aceitam proposta da Fenaban

Os bancários de São Paulo rejeitaram a atual proposta de acordo com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e decidiram entrar em greve no próximo dia 20.

A última proposta apresentada pela Fenaban estabelecia um reajuste médio de 90% mais 4% de produtividade. Alguns dos maiores bancos, entretanto, chegaram a oferecer índices maiores. O Bamerindus quer reajustar os salários de setembro em 123%, o Bradesco em 111% e o Itaú em 107%. Os bancários querem 150% de aumento, 15% de produtividade e um piso salarial de NCz\$ 1.500,00.

Os funcionários do Banco do Brasil em Pernambuco paralisaram dia 14 suas atividades por uma hora, das 10 às 11h, em protesto contra a política salarial do governo. Os

bancários cumpriram decisão tirada dia 13 à noite durante assembléia da categoria no Recife. A Superintendência Regional do BB confirma a paralisação total nas agências do Estado.

As duas maiores agências do Banco do Brasil em Salvador (BA) aderiram à paralisação nacional de advertência. O Sindicato dos Bancários estimou em 80% o índice de adesão ao protesto. As duas agências empregam 70% dos 19.60 funcionários das 11 agências do Banco do Brasil na Grande Salvador. (Folha de São Paulo, 15/9/89)

Metalúrgicos

Os metalúrgicos do Estado do Rio farão assembléia para avaliar a

proposta de reajuste de 87% apresentada pelas empresas. A categoria - que reúne 160.000 trabalhadores em todo o estado, com dissídio em outubro - reivindica 133% de aumento, já embutidos os 15% de produtividade. Segundo um dos diretores do sindicato, como o percentual apresentado pelos patrões inclui as antecipações salariais, o aumento oferecido, na verdade, é de 43%, sendo que a produtividade (4%) seria paga fora do mês do dissídio. A assembléia será na sede do sindicato, em São Cristóvão, zona norte do Rio. Os trabalhadores e representantes das indústrias terão nova rodada de negociações na próxima quinta-feira, dia 21. (JB, 15/9/89)

Dorothea quer multa em BTN para atraso de salário

O governo federal deve decretar até o início da próxima semana uma medida provisória atualizando em BTNs os valores das multas trabalhistas sobre as empresas, segundo informou a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck. Além das multas já previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estão sendo instituídas outras cinco, entre elas uma específica para as em-

presas que atrasarem o pagamento do salário de seus empregados.

De acordo com a ministra, essa medida provisória foi aprovada pelo Executivo e está, agora, em poder do líder do governo na Câmara dos Deputados, Luís Roberto Ponte, que está discutindo o seu teor com lideranças partidárias, numa tentativa de facilitar sua aprovação pelo Congresso.

Além das multas já existentes, o governo está instituindo multas por atraso no pagamento dos salários (que será de acordo com o número de funcionários da empresa), pela não adoção do vale-transporte, seguro-desemprego, 13^o salário e atraso no pagamento de indenização trabalhistas. (JB, 15/9/89)

Desapropriação em Pernambuco ameaça reserva

O decreto do presidente José Sarney que desapropriou 850 hectares do Engenho Pitanga, um dos últimos redutos da mata atlântica em Pernambuco, desrespeita o Código Florestal e a Constituição. Por isso, as 107 famílias que foram assentadas pelo Incra na área não podem derrubar a floresta, nem para cultivar lavouras. A informação é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O engenho fica nos municípios de Igarassu e Abreu e Lima, a 30 quilômetros de Recife, numa zona de

preservação rigorosa, definida pela Constituição Federal como patrimônio nacional (de acordo com o Parágrafo 4^o, Artigo 225). Em 1987, a área foi invadida e, por pedido do Incra, o presidente José Sarney a desapropriou, através do Decreto 96.046, de 18 de maio de 1988. Mas segundo o Ibama, o decreto, além de ferir a Constituição, contraria o parágrafo 8 do Código Florestal Brasileiro. Assim, as famílias terão de ser relocadas, de acordo com o Ibama o delegado regional do órgão, Luís Vidal. Ele disse, ainda, que no local se situam mananciais

responsáveis pelo abastecimento de água a 1 milhão de pessoas do Grande Recife. Sem a floresta, a região será muito afetada: "Não podemos prejudicar 200 mil famílias por causa de 107", disse.

O Decreto 96.046 desapropriou o engenho, mas não resolveu a vida das famílias, que foram assentadas pelo Incra no local. Elas tiveram acesso ao chão, mas estão passando graves privações, pois não podem trabalhar. (JB, 14/09/89)

Pescadores do Paraná reagem contra abertura de hidrovía

Alegando preocupação com a manutenção da pesca no Rio Paraná, uma colônia de 800 pescadores do município de Guaíra (a 673 quilômetros de Curitiba), vem, há três anos, colocando obstáculos a um projeto da Portobrás de utilização do leito do rio como uma hidrovía para transporte da safra de três estados. A solução para o impasse está agora nas mãos do ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, que prometeu concluir um canal de desvio que seria utilizado pelos navios, evitando o derrocamento de pedras submersas com explosivos. É a utilização de explosivos que preocupa os pescadores, que vêem nisso uma ameaça para os peixes.

Segundo o superintendente substituto da Administração da Hidrovía do Paraná, Antônio Granko, a Portobrás pretende derrocar 85 metros cúbicos de rochas na altura de Guaíra, que tornam a navegação perigosa naquele trecho. É aí que estão submersas pelas águas que formaram o lago da represa de Itaipu. Granjo garante, no entanto, que Sete Quedas não seria atingida e que a derrocagem tiraria no máximo 70 centímetros na altura de cada pedra.

Os 800 pescadores de Guaíra, por sua vez, não estão convencidos pelos argumentos da Portobrás. Na semana passada, em uma audiência pública eles voltaram a renegar o derrocamento. De acordo com o

presidente da colônia, Devaldir Capatti, os pescadores estão convencidos de que as explosões de pedras comprometeriam a pesca por um longo tempo.

A contra-argumentação apresentada pela Portobrás é o relatório de Impacto Ambiental. Segundo Antônio Granjo, o Rima mostra que o derrocamento, não afetaria a fauna do rio Paraná. Ele teme, entretanto, que o relatório não seja aprovado pela Superintendência de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente do Paraná (Surehma) devido à oposição dos pescadores. (JB, 13/09/89)

Ibama apreende jacarés e aves em madeireira

Fiscais do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) apreenderam dia 16 no depósito da Florestal Madeira Ltda., em Duque de Caxias (Baixada Fluminense), 14 jacarés-de-papo-amarelo (espécie ameaçada de extinção), cinco maritacas e quatro jabutis. Roberto Carvalho Dutra, dono da Florestal Madeira, negou que comercializasse os animais e disse que os fis-

cais só chegaram a seu depósito porque ele mesmo entrou com um processo na Ibama pedindo licença para fazer uma criação com fins científicos.

Os jacarés estavam em um lagoinho no fundo do depósito, os jabutis, num cercado e as maritacas, num viveiro. Os animais se encontravam em bom estado e foram encaminhados para a Fundação Rio-Zôo, na Quinta da Boa Vista, em São Cris-

tóvão (Zona Norte do Rio).

Na sexta-feira, em outra operação na Baixada Fluminense, os fiscais do Ibama apreenderam 35 animais, três dos quais de espécie ameaçadas de extinção: uma harpia (gavião-real), um galo-da-serra e uma onça-preta. Foram encontrados também quatro veados, uma fêmea de tigre-de-bengala e um babuíno. (JB, 17/09/89)

Sarney se recusa a receber índios no Planalto

Acompanhado de 500 índios, o líder indígena Davi Kopenaua Yanomami foi dia 14 ao Palácio do Planalto entregar ao presidente José Sarney um documento exigindo a retirada de 40 mil garimpeiros do território Yanomami, assinado por 76 nações e 14 organizações indígenas. Há três semanas, Davi Yanomami, passou um telex de Boa Vista (RR) para o presidente Sarney, pedindo uma audiência. Sem resposta, resolveu arriscar uma visita. Encontrou a porta de vidro fechada e um aparato policial. E os índios aproveitaram a oportunidade para

fazer uma manifestação de protesto.

No momento em que os 300 índios se aproximaram da Praça dos Três Poderes, o Batalhão da Guarda Presidencial colocou cerca de 50 soldados armados de fuzis à volta do Palácio. Quatro carros da Polícia Militar estacionaram no Eixo Monumental Norte e os PMs, armados de cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, impediram que os índios - de calções, cocares, arcos e flechas e pintados de várias cores - cruzassem a rua.

Uma comissão de sete lideranças

representando as nações Yanomami, Tucano, Kaiapó, Xavante, Carajá, Tapipará e Guarani, acompanhada dos deputados Benedita da Silva (PT-RJ), Tadeu França (PDT-PR) e Nelson Aguiar (PDT-ES) e do candidato do Partido Verde à presidência da República, Fernando Gabeira, pôde chegar até o Palácio, mas só os brancos entraram. Foram recebidos no hall pelo assessor do Gabinete Civil José Arantes, que explicou que o presidente tinha muitos compromissos. (JB, 15/09/89)

Garimpo está matando os Yanomami

Os índios Yanomami estão pagando o mais alto preço do mercado por cada grama de ouro que 40 mil garimpeiros extraem ilegalmente do seu território. De janeiro a agosto deste ano, 34 pagaram com a vida - 13 morreram de malária, cinco de pneumonia, cinco de gastroenterite e cinco foram assassinados a tiros. A desnutrição aparece como uma das causas associadas a quatro mortes, enquanto o alcoolismo fez duas vítimas fatais. Além disso, no mesmo período, a Casa do Índio de Boa Vista atendeu 89 Yanomami com malária, 46 com infecções respiratórias agudas, 16 com doenças infecciosas intestinais e 16 com doenças do aparelho urinário, 70% delas decorrentes de doenças sexualmente transmissíveis.

Apesar de impressionantes, os números estão muito abaixo da realidade. No caso dos óbitos, porque as notícias raramente conseguem percorrer milhares e milhares de quilômetros de mata fechada. No caso dos atendimentos na Casa do Índio, porque mais da metade dos 7.500 Yanomami de Roraima não conseguem chegar até ela.

Is médicos

Para combater essa densa selva de males, a Funai dispõe apenas dois médicos para atender nada mais nada menos que 38 mil índios, entre Yanomami, Uapixana, Macuxi, Maiongongue, Ingaricó, Taulipangue e Wapixana. Em 87, os Yanomami representavam 18% dos acientes atendidos na Casa do Índio de Boa Vista. Em 88, eles já eram 65%. (JB,

Macuxi sofrem agressões em Roraima

No dia 23/08/89, às 10.00 horas da manhã, quando a comunidade do Miang estava trabalhando no próprio retiro, situado na localidade chamada Maloquinha, a área indígena foi invadida por cinco pessoas: o sargento Jairo e o soldado Lúcio, ambos do destacamento da Polícia Militar da Vila Pereira, na região de Surumú (RR) e os senhores Paulo, Evaldo e Laucides, parentes do fazendeiro João Rebouças, dono da Fazenda Brasileira, localizada nas proximidades da maloca do Miang.

Depois de terem ameaçado a comunidade, os policiais obrigaram o Tuxaua Antônio Soares Lourenço, o capataz Vitalino Barbosa e o filho dele, Daniel Barbosa, de 15 anos de idade, (todos da maloca Barro), a destruírem o cercado de arame farpado do retiro comunitário das malocas Miang e Barro. Em seguida, o soldado Lúcio disparou um tiro de revólver em direção do menor Daniel, sem atingi-lo. Os dois policiais espancaram também o Tuxaua Antônio e o mesmo Daniel.

Antes de retornarem à Vila Pereira, os policiais afirmaram na frente de todo mundo que estavam sendo mandados e pagos pelo fazendeiro João Rebouças. Acrescentaram que, se continuar essa situação, com a presença de índios vivendo naquela área, impedirão o trânsito pela estrada que conduz à maloca e que voltarão a espancar os índios, mesmo sabendo que poderiam ser processados por isso (ver documento anexo).

No dia 03/08/89, os mesmos policiais retornaram à área indígena e ameaçaram as mulheres e as crianças presentes, dizendo que voltariam no dia seguinte para destruir a cerca e queimar a casa do retiro comunitário.

Boa Vista, 31/08/89 - Luís Eusebi

Que país é este?

O computador do Galeão anda mal dos circuitos.

Deteve o arcebispo do Recife e Olinda, Dom José Cardoso, confundido pela esclerose eletrônica com um traficante de drogas.

Só depois de muita argumentação a Polícia Federal deixou que Dom José subisse a bordo, para cumprir um roteiro de compromissos inadiáveis no Vaticano.

Mas o passaporte, retido para verificação, só lhe foi entregues depois de conferido pelo chefe do serviço. (Informe JB, 14/09/89)

O caminho

Começou no Palácio São Joaquim da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a viagem do candidato Leonel Brizola ao Vaticano.

Cerca de um mês atrás, o pedetista Roberto d'vila, numa interinidade na prefeitura, procurou o cardeal Eugênio Salles para consultá-lo sobre a possibilidade de Brizola obter uma audiência com o Papa, alegando que, durante a campanha eleitoral na Argentina, os dois concorrentes tiveram o mesmo privilégio.

Dom Eugênio não só lhe explicou os procedimentos necessários, como na semana passada, encontrando-o no palanque das comemorações de 7 de Setembro, antecipou a Roberto d'vila que o pedido seria atendido. (Informe JB, 14/09/89)

Má vontade

O sorriso do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, está coroadado por um bigodinho à Hitler nos outdoors de sua campanha em Belo Horizonte. (Informe JB, 14/09/89)

Sobe

O ministro Maílson da Nóbrega acredita que a inflação de setembro será de 34%. (Informe JB, 14/09/89)

E mais

Maílson da Nóbrega dá sinais também de que, ainda este mês, o governo - em função da subida da inflação e da necessidade de manter os juros elevados - estaria propenso a deixar que a taxa do over ultrapasse 50% ao mês

Atualmente, o índice é de 48%.

Há quase um ano, em 13 de outubro de 88, o diretor da Dívida Pública do Banco Central, Juarez Soares, foi demitido pelo próprio Maílson, que se irritou com sua decisão de elevar a taxa do over para 50% ao mês. (Informe JB, 14/09/89)

Tá chegando a hora!

Dentro de exatos dois meses, o brasileiro vai às urnas para escolher o presidente da República.

A primeira eleição direta desde 1960. (Informe JB, 15/09/89)

Presente

O presidente José Sarney recebeu dia 14 das mãos do diretor-presidente da Editora Abril, Victor Civita, a edição especial de Veja sobre o Centenário da República.

Ao saber que toda a revista simula a cobertura jornalística da época - a "entrevista" das páginas amarelas é com Rui Barbosa -, Sarney gostou:

- Pelo menos não tem críticas a mim. (Informe JB, 15/09/89)

82 milhões em ação

O Tribunal Superior Eleitoral pode divulgar esta semana a primeira parte do resultado do cruzamento das informações sobre o alistamento eleitoral.

Já é certo, no entanto, que o número de eleitores brasileiros, incluindo os residentes no exterior, ultrapassará 82 milhões.

Na última eleição, ano passado, havia 75.813.519 pessoas aptas a votar. (Informe JB, 15/09/89)

Bom exemplo

A CSN bem que poderia seguir o exemplo de sua similar de São Paulo, a Cosipa.

Os três gases venenosos que a siderúrgica produz - o benzeno, o tolueno e o xileno - estão sendo tratados, purificados e industrializados pela Confab Industrial e, a partir do mês que vem, serão vendidos.

Trata-se de insumo importante na indústria química. (Informe JB, 15/09/89)

Efeito Curitiba

A cidade-teste do país, Curitiba, acaba de detectar uma considerável queda nos índices do candidato Collor de Mello na última semana: de 42% para 32%.

E os técnicos do Instituto Bonilha - empresa de pesquisa curitibana que apontou a vitória de Ivaro Dias e Jaime Lerner - garantem que a queda é uma tendência. (Informe JB, 15/09/89)

Tropeço

O presidenciável Ulysses Guimarães confundiu-se, em comício em frente à sede do PMDB mineiro, e acabou chamando de Tarcísio Meira o secretário-geral do PMDB, Tarcísio Delgado.

Também no comício anterior, que fez em Venda Nova, houve troca de nomes: o locutor de um dos carros de som anunciou a presença do "ex-prefeito capital, Jorge Ferraz".

Só que o ex-prefeito em questão se chama Ferrara. (Informe JB, 15/09/89)

Contido

Brizola só vai falar durante um minuto que tem direito em cada período 15/09/89)

Adesão

Afif já é preferido entre os adeptos do espiritismo. Termina seus discursos sempre dizendo que "o Brasil é o celeiro do mundo e a pátria do Evangelho". A frase é típica do kardecismo no país. (Painel FSP, 15/09/89)

Máquina

O TRE de Minas recebeu representação do PT contra a vice-governadora Júnia Marise, acusada de usar gabinete, carros, combustível e funcionários do Estado na campanha de Collor. (Painel FSP, 15/09/89)

Cortesia

O candidato Luis Inácio Lula da Silva jantava semana passada no Restaurante Parreirinha, em São Paulo, acompanhado de assessores e jornalistas, quando de uma mesa próxima se levantou um cidadão, que se apresentou como militante do PCB. Elogiou o desempenho de Lula no Palanque Eletrônico da Globo e se despediu dizendo que votaria em Roberto Freire.

Muito depois, quando pediu a conta, Lula ficou sabendo que o desconhecido havia pago. (Canal 3 - O ESP, 15/09/89)

Voto aberto

Numa animada conversa dia 14, em Porto Alegre, o ex-presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, abriu seu voto:

- Vou de Mário Covas.

Em seguida, mirando a gauchada em torno, completou:

- Mas, se der Brizola e Collor no segundo turno, não hesitarei em dar meu voto para o PDT. (Canal 3 - O ESP, 15/09/89)

Apoiado

O ex-presidente Jânio Quadros gravou dia 14 em São Paulo sua participação no programa do PFL. Disse que apóia Aureliano Chaves por se tratar de homem de bem, honrado e pobre - principalmente pobre, frisou.

A filmagem foi feita na mansão de Jânio no Morumbi. (Canal 3 - O ESP, 15/09/89)

Hipótese

A reabertura do prazo de filiação partidária coloca em pauta a hipótese de uma chapa Covas/Waldir. Há mais gente dentro do PMDB disposta a conversar sobre o assunto do que se imagina. (Painel FSP, 14/09/89)

Nada

O suplente de senador Gomes Carvalho (sem partido-PR) criticou o ministro Mailson por ter feito "uma brilhante exposição dos problemas brasileiros sem apresentar solução", dia 13 no Senado. (Painel FSP - 14/09/89)

Noite e dia

Mailson respondeu que estava cansado de ouvir o discurso liberal que os políticos fazem à noite "para pedir verba do governo de dia". (Painel FSP, 14/09/89)

Pelo telefone

Antes de falar com Augusto Marzagão, Miguel Arraes teve longa conversa telefônica com Fernando Lyra. "Nunca estive tão próximo do Brizola como agora", disse Arraes a um amigo. (Painel FSP, 14/09/89)

Mulheres

Ulysses não se livra da sina de obediência às mulheres. Em casa quem dá o tom é sua mulher, Mora. No trabalho é a apresentadora Silvia Poppovic. Nas gravações para a TV, é ela quem dá ordens ao candidato. (Painel FSP, 14/09/89)

Aval

A missão de Marzagão junto aos governadores do PMDB conta com "sinal verde" de Sarney para articulações sucessórias. Mas há quem diga no Planalto que é só mais uma estripulia do secretário. (Painel FSP, 14/09/89)

Apelido

Os inimigos dizem que Marzagão é o encarregado de transformar o fim do governo Sarney numa apoteose. "Ele é o Joãozinho Trinta do Sarney", afirmam. (Painel FSP, 14/09/89)

Tema quente

Uma proposta de congratulações à Rede Globo pelos vinte anos do "Jornal Nacional" foi derrotada por 17 a 3 na Câmara Municipal de Porto Alegre (RS) e quase levou dois vereadores a um confronto físico. (Painel FSP, 14/09/89)

Inversão

Do publicitário Carlito Maia "Do jeito que a coisa vai, criancinha acaba comendo comunista." (Painel FSP, 14/09/89)

Professores de SP não chegam a acordo

A prefeitura de São Paulo e os professores da rede municipal de ensino não chegaram a um acordo sobre a política de abonos salariais proposta pela prefeita Luiza Erundina. Durante discussão, realizada dia 13, a prefeitura propôs abonos que somados aos salários de setembro propiciam retiradas de NCz\$ 884,50, para os professores com a menor remuneração, e de NCz\$ 1.553,46, para os que possuem a maior remuneração.

Segundo a diretora do departamento intersindical do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (Simpeen), Eliana Bucci, a proposta é inaceitável

porque os salários dos docentes mais antigos continuarão arrochados.

Os servidores exigem o fim da política de aumentos para a categoria através de bônus diferenciados e da vinculação dos salários dos funcionários municipais ao orçamento da Prefeitura (a folha de pagamentos não pode ultrapassar 58% do orçamento). Reivindicam ainda um piso de NCz\$ 1.380,00 e reajuste mensal de acordo com o índice do Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). (Gazeta Mercantil/SP, 14/09/89)

Movimento secundarista está dividido

O Movimento estudantil secundarista vive sua fase mais ativa desde que foi reconstruído em 1981. Mas ainda está longe dos níveis de mobilização e atuação, que atingiu em 1968, quando os estudantes saíram as ruas para protestar contra o regime militar instaurado quatro anos antes. A fragilidade e deficiência do movimento são reconhecidas pelos próprios líderes estudantis reunidos desde o dia 11 no 280 Congresso Nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), que se realiza em Santo André, (sudeste da Grande São Paulo). Em 68, o inimigo comum era a ditadura militar. Agora, livre para falar e se organizar, o movimento está dividido, refletindo a fragmentação dos partidos de esquerda.

O pano de fundo hoje é a crise econômica. Entre os assuntos em pauta no congresso estão o reajuste das mensalidades e o direito ao passe escolar, que levaram milhares de estudantes às ruas em diversas capitais do país.

As questões econômicas que levaram os estudantes às ruas, não

têm o mesmo peso das bandeiras de liberdade levantadas em 68, reconhecem os líderes do movimento atual. Segundo Henrique José Fernandes, 18, na década de 60 a juventude foi ponta de lança dos vários movimentos, pois não havia organização sindical e mesmo política: "Hoje as centrais sindicais são fortes e os partidos políticos estão organizados. Os estudantes precisam se readaptar a esta realidade". Fernandes é diretor da Ubes e pertence à corrente Caminhando do PT.

A palavra de ordem da Ubes é "conquistar a nova escola". "Queremos uma escola unitária e politécnica, que seja pública e gratuita", disse o presidente da Ubes. O Congresso discute também as eleições presidenciais e pela primeira vez questões ecológicas, especificamente, a internacionalização da Amazônia.

Neste congresso, 70% dos delegados vieram de escolas públicas, nas quais, desde 1985, a existência dos grêmios é garantida por lei. (Folha de São Paulo, 09/09/89)

Procurador pede volta da liberdade vigiada

O Tribunal Regional Federal recebeu pedido do procurador da República José Taumaturgo da Rocha para suspender a liminar que acabou com a liberdade vigiada para os aumentos das mensalidades escolares. Ele apresentou na Justiça as posições do Ministério da Fazenda, que defende a manutenção do regime de liberdade vigiada, mesmo com os abusos que estavam sendo verificados em algumas escolas particulares.

O ofício encaminhado ao TRF contesta a suspensão da liberdade vigiada, afirmando que pela Lei nº 7.769/89 cabe ao Ministério da Fazenda rever o congelamento e liberar os preços cobrados durante o Plano Verão. De acordo com a liminar, concedida no dia 10 de setembro pelo juiz federal Sebastião Fagundes de Deus, a decisão sobre os aumentos das mensalidades voltou para o âmbito dos Conselhos Estaduais de Educação.

Pela liminar, os reajustes das mensalidades seriam limitados a 144,06%, no período de janeiro a julho; com a liberdade vigiada, as escolas podiam estabelecer os preços com base em seus custos, mais 10% de lucro.

Em alguns casos, o reajuste chegou a atingir até 600%. De qualquer forma, os pais de alunos continuam sem saber o que fazer na hora de pagar as mensalidades. Isto porque o Conselho Estadual de Educação ainda não definiu os índices de reajuste para o segundo semestre. O presidente do CEE, Francisco Aparecido Cordão, diz que, por enquanto, a questão está pendente, pois não sabe quais são as competências do Conselho Estadual de Educação. (Jornal da Tarde, 14/09/89)

Fracassam os programas de alfabetização

Oito de setembro foi o Dia Mundial da Alfabetização por iniciativa da Unesco, órgão de educação e cultura da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele foi comemorado no Brasil com críticas de educadores e políticos ao governo. Os programas nacionais de erradicação do analfabetismo falharam. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgadas este ano revelam que o número de analfabetos cresceu 3,34% entre 1986 e 1987. Esta é a primeira vez, em cem anos, que o analfabetismo cresce no país.

O artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição federal, promulgada em outubro do ano passado, prevê o fim do analfabetismo no país em dez anos. O artigo

estabelece que 50% dos recursos para a educação devem ser destinados a programas de alfabetização.

Sergio Haddad, 39, membro do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e pesquisador da Unesco, acredita que o crescimento do número de analfabetos e da evasão escolar reflete a falta de condições para que milhões de pessoas frequentem a escola, mesmo quando há vagas e programa de alfabetização.

Programas como o Mobral estavam fadados ao fracasso mesmo em boa situação econômica, na opinião de Haddad. Entre os problemas do Mobral, ele aponta o excesso de burocracia, a utilização de professores não-formados e a manipulação política das verbas. "O Mobral

queria ser um movimento mas virou instituição, sem agilidade e sem participação da sociedade", diz.

A Unesco definiu que 1990 será o Ano Internacional da Alfabetização. O secretário municipal da Educação de São Paulo, Paulo Freire, participa em Tóquio (Japão) de um seminário internacional que vai, entre outras atribuições, definir os eventos do Ano Internacional da Alfabetização. Segundo seus assessores, Freire orienta equipes que vão implantar, a partir de 90, o Movimento de Alfabetização de Adultos, como parte do projeto nacional de erradicação do analfabetismo.

Estatística aponta crescimento do analfabetismo

"O crescimento do índice de analfabetos não foi grande, mas mostra que o quadro está piorando", diz Maria Clara di Pierro, assessora do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e do Grupo Estadual de Trabalhos de Alfabetização (Geta). "Com esses números, vemos com certo ceticismo a previsão de fim do analfabetismo até o final do século", continua ela, que não vê razões para a comemoração do Dia Nacional de Alfabetização.

Preocupados com essa situação, educadores representantes de várias entidades se reuniram para formar o Geta, com o objetivo de, a partir da decisão da Unesco de

criar o Ano Internacional da Alfabetização em 1990, discutir a situação do analfabetismo no país, propor soluções e pressionar as autoridades para garantir, na prática, a educação de jovens e adultos. "A questão do analfabetismo é produzida socialmente e limitada por questões econômicas, sociais, políticas e de ordem pedagógica", analisa Maria Clara. "A educação não é prioridade na política nacional", adverte.

Abandono

O que mais assusta os educadores em relação às estatísticas é o crescimento do número de analfabetos

na faixa entre sete e 14 anos, justamente aquela que frequenta os primeiros anos escolares. Só na década de 70 esse número cresceu em mais de 700 mil. No censo de 1980, 7.553.741 crianças desse grupo não frequentavam a escola, cerca de 33% do total. Se muitas nem vão à aula, outras desistem no meio do caminho.

Em 1987, o total das redes do estado de São Paulo apresentou um índice de evasão de 6,56% na primeira série, de 6,79% na segunda, de 6,17% na terceira e de 6,09% na quarta. (JB, 08/09/89)

Salário leva professor a recusar emprego no Sul

Cerca de 20% dos professores de Porto Alegre (RS) aprovados em concurso promovido pela Secretaria de Estado da Educação este ano não quiseram assumir o cargo. Em cidades industriais como Caxias do Sul (a 131 km de Porto Alegre), esse índice chegou a 25%. O principal

motivo é o salário baixo, e em vários casos não é suficiente para pagar as passagens de ônibus e entre a casa e as escolas.

Em setembro, os professores sem nível superior (nível 1) receberão NCz\$ 495,00. Os com formação universitária terão um salário inicial de

NCz\$ 916,00.

Mirna Dietrich, 50, ficou em segundo lugar no concurso em sua área e é uma das que não quis assumir o emprego. "O salário é menor do que o de uma empregada doméstica", afirma. (Folha de São Paulo, 12/09/89)

Escola do ABC barra alunos que não pagam

Um grupo de 166 alunos do Colégio Singular-Anglo, de Santo André, foi impedido de entrar dia 13 nas salas de aulas para fazer provas porque se recusa a pagar as mensalidades reajustadas em 287,7% no período de janeiro a julho. Os estudantes não aceitam valor superior aos 144,06% estabelecido em liminar da Justiça Federal. O caso foi levado ao 10 Distrito Policial da cidade.

Os alunos brigam com a escola na Justiça desde julho, representados pelo advogado Mauro Bueno, que também defende outros 30 mil estudantes de 350 escolas particulares de São Paulo contra aumentos abusivos de mensalidades. O advogado culpa o Conselho Estadual da Educação pelo problema, alegando que

o órgão "é falso, hipócrita e vive constantemente defendendo os interesses de donos de colégios". Sua atitude se deve ao fato de o Conselho ter-se eximido de qualquer responsabilidade pelo problema ao ser intimado a prestar esclarecimentos na justiça.

Bueno promete cobrar a apuração do que considera "crime", cometido pela diretoria do Singular-Anglo, baseado em parecer da Secretaria da Segurança Pública, de que as escolas que impedissem acesso de estudantes às salas de aula estariam praticando "constrangimento ilegal". No 10 Distrito Policial não foram fornecidas informações sobre o caso e o diretor da escola, Egidio Blumeti, não atendeu à imprensa sob a ale-

gação de se encontrar em reunião durante toda a tarde.

Os alunos atingidos pela medida do colégio estão no que o advogado chama de "vácuo do processo". Eles haviam obtido liminar na 9ª Vara da Fazenda de São Paulo, que garantia o ingresso às aulas. Com a atitude do Conselho de Educação, que se colocou à margem na briga pelas mensalidades, a liminar foi suspensa e o processo encaminhado à Comarca de Santo André. Como os autos só chegaram no final da tarde do dia 12 e o juiz ainda não se pronunciou sobre o caso, os estudantes não dispõem mais de qualquer instrumento jurídico que lhes garanta o acesso às salas de aula. (O Estado de São Paulo, 14/09/89)

Programa de municipalização de Quércia é criticado

"Estou convencido de que vai ser um sucesso". Demonstrando otimismo, o governador Orestes Quércia ignorou dia 13 as críticas feitas por professores e prefeitos contra a municipalização do ensino oficial do 10 grau. Quércia disse que sua pretensão é municipalizar o ensino oficial de todos os 572 municípios do Estado até o final do ano.

A representante da Comissão de Pais das APMs do Estado de São Paulo, Iara de Souza, foi ao Palácio buscar mais detalhes sobre a municipalização. "Acho que deveria ser mais discutida com a comunidade", afirmou.

As entidades do magistério também dizem que deveria haver mais discussão. No CPP (Centro de Professorado Paulista), esta discussão ocorrerá nos próximos dias 22, 23 e 24, no "Fórum de Debates sobre LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e Municipalização". A Udemo - Associação dos Diretores -, também deve promover discussões sobre o tema. "O problema é que o governo do Estado não é um parceiro confiável".

Radicalmente contra a municipalização, a diretoria da Apeoesp

(Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado) e seu Conselho de Representantes também devem passar os próximos dias analisando o projeto. Mara Dedini, da diretoria, disse que o problema é o repasse das verbas. "Sabemos que a idéia da municipalização não é apenas do governo Quércia ou do secretário da Educação. É uma política do FMI para os países devedores para que o Estado diminua seus gastos com Educação. Aí, os municípios não conseguem arcar com as despesas, abrindo espaço para o ensino particular no País", justificou.

Pelo projeto de municipalização do 10 grau, os municípios passam a ser os responsáveis pelas constru-

ções e reformas das escolas, material de apoio pedagógico, aperfeiçoamento de pessoal, apoio a eventos escolares, assistência ao aluno e integração do currículo à realidade da escola. Além do que já estava municipalizado: a merenda e o transporte escolares.

Os professores atuais e futuros continuam sendo funcionários do Estado, que deve continuar prestando orientação normativa nas áreas pedagógicas e administrativa. prefeitura caberá, ainda, a criação das Comissões de Educação dos Municípios, que devem agir como ponte entre a comunidade escolar e o poder público - prefeitura e governo do Estado. (Jornal da Tarde/SP, 14/09/89)

Professores protestam

Três horas depois de o governador Orestes Quércia assinar, dia 13 ao meio-dia, o decreto que institui o Programa de Municipalização do Ensino, as entidades que dirigem o magistério da rede pública promoveram uma manifestação de protesto contra a medida. O ato público foi realizado na Assembléia Legislativa e marcou o início de uma campanha que os representantes do professorado farão para pressionar os prefeitos a não aderir à municipalização. Apesar da crítica, os dirigentes da Apeoesp devem discutir hoje com o secretário Wagner Rossi, da Educação, o programa. (O Estado de São Paulo, 14/09/89)

CEBs de Recife protestam contra arcebispo

Apoiadas por um carro de som, portando faixas e cartazes e cantando músicas religiosas, centenas de pessoas entre padres, seminaristas e leigos participaram dia 15, do Dia do Jejum e Oração, promovido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que atuam nas 82 paróquias sob jurisdição da Arquidiocese de Olinda e Recife. Esta foi uma forma de protesto contra as recentes medidas tomadas pelo arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho, como a ordem de fechamento, a mando do Vaticano, do Instituto de Teologia do Recife (Iter) e do Seminário Regional do Nordeste II (Serene), o silêncio imposto à Comissão de Justiça e Paz e a ameaça de enquadramento do Direito Canônico feita a seis padres da ala progressista da Igreja.

Durante todo o dia, os oradores, em sua maioria seminaristas e catequistas das periferias do Recife, rezezaram-se no microfone instalado em frente à Igreja do Carmo, no Centro da cidade, fazendo duras críticas ao arcebispo. O som, no entanto, teve que ser instalado através de gatos puxados dos postes de iluminação pública: os padres carmelitas, ordem a que pertence Dom José Cardoso, não permitiram a instalação de gambiarras e fios para os amplificadores.

"Eles disseram que apoiavam o arcebispo, que não concordavam com a criação de uma igreja paralela na arquidiocese e se negaram até a fornecer água", contou o presidente do diretório acadêmico do Iter, Alexandre Botelho. Para matar a sede dos manifestantes foram

fornecidos água e picolés de uma fábrica mantida pelos meninos de rua.

A base dos discursos e discussões realizadas durante todo o dia de manifestações - das 6h30 às 21h30 - foi o documento Comunicado ao povo de Deus II, de autoria da Comissão de Articulação das Comunidades e Movimentos Populares e Comissão de Mobilização do Iter e Serene II. Bem mais duro e incisivo que o primeiro comunicado, divulgado na semana passada, o documento diz, entre outras coisas, que "a igreja deveria ser a primeira a seguir as palavras de Jesus" e que "não são os pobres, mas os ricos e poderosos que têm os primeiros lugares e recebem mais consideração". (JB, 16/09/89)

Evangélicos não têm candidato a presidência

Os meios de comunicação social têm divulgado de maneira genérica e falsa o apoio dos evangélicos a determinado candidato a Presidência da República. Recentemente o Jornal do Brasil deu destaque a uma reunião, numa cidade da periferia de Brasília, em que certa Igreja, sem nenhuma expressão, teria oferecido seu apoio a Collor de Mello. Tomou esse episódio isolado e estampou na primeira página que os evangélicos apoiavam tal

candidato. Houve então por parte da liderança das principais Igrejas evangélicas um vigoroso protesto contra a manipulação do fato, e da forma distorcida como foi interpretada. Infelizmente a nota esclarecedora enviada ao referido jornal não foi publicada.

A verdade é que as Igrejas evangélicas não apoiam, como um todo, nenhum candidato oficialmente. Seria impossível e absurdo pensar-se de outra forma. Há muitos se-

tores das igrejas evangélicas que darão seu apoio a Lula, Brizola, Covas e a outros postulantes à Presidência da República. Nos últimos meses, tem havido uma orquestrada campanha publicitária querendo confundir iniciativas particulares e minoritárias como sendo a expressão política dos protestantes, vinculando-os a determinadas oposições políticas, na sua maioria conservadoras e reacionárias.

Encontro das CEBs marca nova etapa no ecumenismo.

Sem dúvida, o Encontro evidenciou forte dimensão ecumênica, não somente pela presença dos evangélicos, mas pela busca da integração latinoamericana, pela intensa participação dos negros, dos índios, das mulheres, dos operários e camponeses, da hierarquia e da base das igrejas, enfim, uma rica manifestação da Oikoumene, criada por Deus. Os evangélicos participaram plenamente do encontro,

em todas as suas etapas. Eram mais de 120, sendo 43 pastores e pastoras, 5 bispos, vindos de muitos estados diversas confissões protestantes. No primeiro dia, na celebração de abertura, foi trazida ao altar, pelos evangélicos, um estandarte com o símbolo do ecumenismo, como sinal de unidade que as igrejas no Brasil estão oferecendo ao povo de Deus espalhado na terra. Há, entretanto, longa caminhada a ser

percorrida, em ambos os lados (católicos e protestantes) e questões a serem enfrentadas com profundidade, tais como o da eclesiologia, o da inter-comunhão eucarística, o sentido dos ministérios etc. O VII Encontro sinalizou a posição do povo das igrejas: desafiador e esperançoso de passos mais ousados e corajosos na caminhada ecumênica. (Jether Pereira Ramalho, editor da revista Tempo e Presença)

Líder rural é morto a tiros no Espírito Santo

O líder rural Valdício Barbosa dos Santos, de 41 anos, foi morto dia 12 com três tiros na cidade de Pedro Canário, no Espírito Santo. Valdício, que era dirigente da Associação dos Trabalhadores Rurais do município e foi candidato a vereador pelo PT nas últimas eleições, é o terceiro líder rural assassinado este ano no estado. Pequeno proprietário, Valdício tinha um pequeno sítio ao lado do assentamento rural do Córrego do Engano, com 45 famílias sem terra, perto de Pedro Canário. Os lavradores suspeitam que as mortes estejam ligadas ao assassinato do fazendeiro José Machado, da União Demo-

crática Ruralista (UDR), e do soldado PM Sérgio Narciso da Silva, emboscados em Pedro Canário por um grupo de sem-terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Espírito Santo e o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acusam a UDR e fazendeiros do norte do Espírito Santo como responsáveis pelo agravamento da violência fundiária na região.

Maranhão

Na localidade de Buriticupu, município de Santa Luzia, no Maranhão, 160 soldados da Polícia Militar, que cumpriam mandado de reintegração de posse concedida ao

fazendeiro Luís Maranhão pelo juiz Florismar Almeida, invadiram a Fazenda Matary e prenderam 20 lavradores que haviam ocupado aquela área no dia 14 agosto. Segundo informação de um grupo de lavradores que está em São Luís, os soldados torturaram, cortaram a facção os cabelos dos lavradores e os obrigaram a comer terra.

Uma criança de 10 anos, de acordo com os lavradores presos, foi espancada para revelar onde se encontrava seu pai, Francisco Pereira de Souza, um dos líderes da invasão da fazenda. (JB, 13/09/89)

Canavieiros começam campanha salarial no NE

A partir do dia 9, até dia 30 de setembro, um milhão de trabalhadores da cana-de-açúcar de todo o Nordeste vão se reunir em seus sindicatos para discutir a pauta unificada de reivindicações que vão levar aos patrões em outubro. Reunidos em João Pessoa, 75 representantes sindicais decidiram levar às bases a proposta de piso salarial de NCz\$ 600,00, valor que corresponde a reajuste salarial com base no IPC, aplicado no piso aprovado em outubro de 1988, mais 10 por cento de produtividade, reposição de perdas e participação nos lucros.

Na pauta unificada, foram incluídas ainda questões como a estabele-

cidade para a trabalhadora gestante e para o agricultor acidentado no trabalho, melhores condições de transporte e a observação do que chamam de "lei do sítio", que é a destinação de uma área das propriedades para cultivo, pelos canavieiros, de lavoura de subsistência.

O Segundo Encontro Regional de Canavieiros contou com a presença do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, que ao analisar as chances de um acordo com os produtores de cana-de-açúcar do Nordeste, disse que elas são boas, por conta da capacidade de mobilização dos canavieiros

que, segundo ele, aumentou muito nos últimos anos. Lembrou o sucesso das greves mas fez questão de ressaltar que o importante agora é usar essa força para conseguir que os empresários se sentem na mesa de negociação.

Na Paraíba, a pauta unificada será levada aos 34 sindicatos da zona canavieira, onde vivem 150 mil trabalhadores, por uma comissão de 12 membros que inclui representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (Fetag), CUT e CGT. (Correio Braziliense, 08/09/89)

Juiz nega indenização à mãe do padre Josimo

A Justiça federal negou o pedido de indenização de 1,5 salário mínimo à dona Olinda Tavares, mãe do padre Josimo Tavares, assassinado no dia 10 de maio de 1986 por pistoleiros, em Imperatriz, no Maranhão. A advogada Michael Mary Nolan, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vai apelar da decisão do juiz Gilson Barbosa dos Santos que julgou improcedente a ação.

Em 24 laudas, o juiz justifica sua sentença sob o argumento de que o assassino, o pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa, está preso e denunciou os mandantes, o que exime a União e o estado de Goiás de responsabilidade no crime. Ele sugere que dona Olinda Tavares mova uma ação contra os mandantes. O juiz alegou também que o estado de Goiás forneceu uma escolta a

padre Josimo, que acabou sendo assassinado fora de Goiás.

Até agora a polícia não conseguiu prender os mandantes do assassinato do padre Josimo. Conforme depoimento do pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa, condenado a 19 anos de prisão, eles são os fazendeiros Geraldo Paulo Vieira, Adailson Vieira, Sebastião Teodoro da Silva e Wilson Cardoso. (JB, 16/09/89)

PM mata sem-terra em conflito no Sul

Muita tensão e revolta marcaram o enterro do agricultor sem-terra Olívio Albani, de 40 anos, realizado dia 17 em Pinhalzinho, Santa Catarina, e acompanhado por mais de mil pessoas. Albani morreu no final da tarde de sábado, com um tiro na barriga, após o confronto entre 450 policiais militares, a 793 quilômetros de Florianópolis. Outras 70 pessoas ficaram feridas e três delas estão em estado grave no Hospital de São Miguel do Oeste, feridas a bala ou por golpes de baioneta. Apesar do confronto, as famílias permanecem na Fazenda São Vicente, ocupada no último dia 4, mas a PM prometeu voltar para cumprir a liminar judicial de despejo.

O enfrentamento ocorreu a partir de 6h30min de sábado quando 450 homens do 20 Batalhão da PM de Chapecó - a 150 quilômetros da fazenda - vieram cumprir a ordem de despejo determinada pelo juiz José Ildelfonso Bizatto, da comarca de Dionísio Cerqueira. A ordem havia sido expedida no último dia 6, após mandado de reintegração de posse impetrado por Nério Frigonezzi, um dos seis proprietários da Fazenda São Vicente, de 7.500 hectares. As chuvas da última semana, entretanto, impediam o acesso ao local, e a delegacia do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Florianópolis anunciara "uma trégua ente o proprietário e os invasores" até esta segunda-feira, dia 18, quando podem ser desapropriadas novas áreas para assentamento no estado.

Batalha

Segundo Vanderlita Magrabosco, da coordenação estadual do Movimento dos Sem-Terra, foi a PM quem iniciou o confronto. "Eles chegaram atirando, lançando bombas de gás lacrimogêneo, granadas e atacando com golpes de baionetas

e cassetete. Mais de 70 pessoas saíram feridas, com fraturas, queimaduras, cortes e estilhaços", disse ela. Antônio Stefens, ao se defender de uma granada, perdeu dois dedos, e ainda estava hospitalizado em Chapecó. Vanderlita garante que os sem-terra apenas se defenderam com facões e foices. O major Alcides Pereira, subcomandante do batalhão e responsável pela operação do despejo, acusa os lavradores



Colonos participam do enterro de Olívio Albani

de utilizarem coquetéis molotov e de colocarem crianças e mulheres na linha de frente para evitarem o ataque.

"Foi uma batalha corpo a corpo, pareciam cenas da Praça da Paz Celestial, na China. Se não saíssemos da área, haveria um massacre", relatou o militar, que saiu com um corte profundo na orelha, resultado de um golpe de facão. Um de seus soldados, Jucemar dos Santos, de 23 anos, perdeu dois dedos pelo mesmo motivo. A polícia informou que realizou cinco prisões, mas os sem-terra dizem que há 13 detidos, incommunicáveis.

A versão dos sem-terra sustenta que Olívio Albani recebeu o tiro depois que estava caído e indefeso, e foi atravessado por golpes de baioneta. Uma das testemunhas da cena está entre os presos, conforme Vanderlita Magrabosco. Apesar de duas barreiras nos acessos à área com 20 PM cada uma, 2 mil pessoas, entre sem-terra, pequenos proprietários e assentados da região entra-

ram pelo mato para reforçar a resistência. "Fomos embora porque eu tenho mulher e filhos e não ia mandar executar um massacre. Mas voltaremos e cumprimos a lei", ressaltou o major Pereira.

Violência

No enterro de Albani estavam presentes o bispo de Chapecó, Dom José Gomes, ex-presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os deputados petistas Antônio Maragon (PR) e Luci Choinaski (SC) e cerca de mil trabalhadores sem-terra, que transformaram a cerimônia num ato de protesto. Dom José Gomes, que celebrou a missa de corpo presente, declarou que "o direito à vida está acima de tudo, e a polícia exorbita de suas funções de mantenedora da ordem quando se utiliza de violência deste nível". O religioso pregou "outras maneiras de reintegração de posse para locais onde estão presentes mulheres e crianças".

No início da noite do dia 17, a situação era muito tensa em Palma Sola. Dois helicópteros da FAB sobrevoaram a área. Apenas remédios e alimentos entravam no acampamento dos sem-terra, e a PM realizava revistas e identificações em todos que passavam nas proximidades. Segundo Vanderlita Magrabosco, a polícia tentava não deixar os acampados descansar com sirenes ligadas e tiros para o alto. "Estamos esperando um ataque a qualquer momento", disse ela. Em Abelardo Luz, a 597 quilômetros de Florianópolis, quatro sem-terra foram presos quando circulavam fora do acampamento da Fazenda Santa Rosa, ocupada na mesma data que Palma Sola. Lá também é esperado um despejo para qualquer momento. (JB, 18/09/89)

CUT apresenta proposta de Lei Agrícola

Os trabalhadores rurais de todo o país estão começando mais uma grande luta: a aprovação da Lei Agrícola.

A Constituição federal prevê que o Congresso Nacional elabore e aprove uma Lei Agrícola que determine os objetivos, as prioridades e o encaminhamento das questões relativas a crédito agrícola, abastecimento, comercialização etc.

Neste sentido, a Central nica dos Trabalhadores (CUT) elaborou uma proposta de Lei Agrícola que represente os interesses dos trabalhadores rurais, pequenos e médios agricultores. A proposta foi apresentada a todos os parlamentares da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, sendo transformada em projeto pelo Deputado federal Antônio Marangon.

Para a CUT, a Lei Agrícola deve democratizar as decisões, permitindo aos trabalhadores e pequenos e médios produtores a participação nos destinos da atividade agrícola, no seu planejamento e na sua execução.

A política agrícola deve ser capaz de alterar as grandes desigualdades existentes hoje no campo. Deve democratizar o acesso à tecnologia e integrar ao mercado o conjunto dos produtores, principalmente os pequenos, incorporando as vantagens de modernização sem gerar desemprego.

A atividade agrícola é de interesse coletivo. Portanto, os recursos naturais, o trabalho e os capitais devem ser utilizados subordinados ao interesse público. A função social da terra deve ser cumprida e a

agricultura deve atender aos interesses da maioria da população, tanto dos que nela trabalham como dos consumidores.

Segundo Avelino Ganzer, vice-presidente da CUT, "é preciso unir todas as forças, todos os sindicatos e entidades de trabalhadores rurais e urbanos, todas as federações e outras entidades de apoio, para lutar contra a força da UDR e dos grandes grupos econômicos e latifundiários que estão se mobilizando em torno de propostas contra os interesses dos trabalhadores rurais, pequenos e médios agricultores".

Entre as propostas encaminhadas pela CUT destacam-se as relativas ao Crédito Rural, Seguro Agrícola, Preços Mínimos e gestão participativa da política agrícola, conforme quadro a seguir.

Crédito rural e tributação

Será destinado exclusivamente aos pequenos e médios agricultores e pelo menos 50% dos recursos serão destinados somente aos pequenos agricultores. A cobertura integral das necessidades dos pequenos agricultores é obrigatória. O crédito será feito diretamente ao produtor ou através das suas organizações cooperativas. Só poderão se beneficiar as cooperativas e associações que contem com mais de 80% de pequenos e médios agricultores associados.

Para os pequenos agricultores os encargos serão de 50% da correção monetária e 3% de juros ao ano. Para os médios, será de 75% da correção monetária e 6% de juros ao ano.

Será criado um Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, com condições e encargos mais vantajosos que o crédito rural.

O valor do crédito rural, dentro das condições de juros e correção monetária estabelecidos, deverão ser convertidos em equivalente-produto no ato da contratação do crédito. Na liquidação da dívida ou das amortizações, o produtor poderá optar por pagamento em equivalente-produto

Seguro Agrícola

Será destinado aos pequenos e médios agricultores, sendo obrigatório para os recursos financeiros e opta-

tivo para os investimentos feitos com recursos próprios. Para os pequenos agricultores, a taxa será limitado a 2% do total segurado e terá cobertura maior como garantia de manutenção familiar até a próxima safra.

Preços Mínimos

Devem ser divulgados anualmente até 30 de julho e fixados com uma margem de 30% de lucro para o produtor sobre os custos de produção calculados pelo Governo. Deve dar prioridade para o feijão, arroz, milho, mandioca, leite e outros produtos definidos pelo Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. Os preços deverão ser corrigidos mensalmente de acordo com a correção monetária.

Organização Popular e Gestão Participativa

O Estado deve abrir espaço para os movimentos e organizações autônomas dos trabalhadores e pequenos produtores rurais. As manifestações políticas e reivindicatórias devem ser vistas e tratadas como parte dos movimentos sociais legítimos e não como caso de polícia. Para garantir a função social das atividades agrícolas é necessário ter canais de participação da população rural organizada nos processos de decisão das atividades. (Prog. MCT)